

## Pacote verde de Biden é difícil de copiar<sup>1</sup>

Alan Beattier<sup>2</sup>

Joe Biden entrará na eleição presidencial dos EUA em novembro podendo ostentar como uma de suas grandes realizações a enxurrada de gastos para a transição verde - e, em termos mais gerais, sua política industrial intervencionista. Ele também gostaria de vê-la exportada para o resto do mundo. Jake Sullivan, chefe do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, disse no ano passado: “Prosseguiremos, sem arrependimentos, com nossa estratégia industrial em casa, mas estamos comprometidos inequivocamente em não deixar nossos amigos para trás. Queremos que eles se juntem a nós. Na verdade, precisamos que eles se juntem a nós”.

Na prática, Sullivan pode ter que se resignar a ver o governo americano prosseguindo sozinho. Quando seu intervencionismo econômico envolve uma generosidade fiscal com a qual outras grandes economias só podem sonhar em pagar e protege a indústria dos EUA com barreiras comerciais impalatáveis para outros governos, é difícil imaginar como seria possível formar um grupo de países que compartilhem da mesma mentalidade.

Biden protegeu os produtores de aço dos EUA da concorrência das importações - embora com nada parecido às abrangentes tarifas impostas por Donald Trump - e tentou desenvolver a indústria de semicondutores dos EUA por meio da Lei Chips. No entanto, a iniciativa central é a Lei de Redução da inflação (IRA), que inclui um programa gigantesco de gastos federais e créditos tributários ilimitados, cujo objetivo é criar uma produção nacional verde para atender ao mercado americano.

De início, o custo da IRA com elementos do programa relacionados ao clima e à energia foi estimado em US\$ 385 bilhões ao longo de dez anos, mas projeções feitas no segundo trimestre de 2023 sinalizaram que havia aumentado para cerca de US\$ 1 trilhão. Algumas estimativas mostram que, na ocasião em que os programas atingirem suas metas ambientais, o custo poderia chegar a quase

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/pacote-verde-de-biden-e-dificil-de-copiar.ghtml>

Acessado em 26.01.2024

<sup>2</sup> Colunista do FT

US\$ 3 trilhões. De forma célebre, o governo apaziguou o Congresso ao beneficiar apenas as montadoras de aliados dos EUA com a concessão de créditos tributários ao setor de veículos elétricos (VEs) e ao, em termos gerais, excluir produtos feitos com certas quantidades de componentes chineses.

Trata-se de um caminho que outras economias - exceto, ironicamente, a China - não podem realmente se dar ao luxo de seguir. A presidente da Comissão Europeia (CE), Ursula von der Leyen, uma notável americanófila, tem falado sobre a coordenação de políticas verdes com os EUA, e a União Europeia, na teoria, preparou um fundo único de € 800 bilhões, o "NextGenerationEU", para financiar as transições verde e digital.

Custo com elementos relacionados ao clima e à energia foi estimado em US\$ 385 bilhões ao longo de 10 anos, mas projeções sinalizam que valor já beira US\$ 1 trilhão. Trata-se de um caminho que outros países não podem se dar ao luxo de seguir, exceto, ironicamente, a China

Na prática, porém, a UE vem se mostrando dolorosamente lenta liberar o dinheiro, porque exige que os países-membros cumpram as metas de desempenho. Ao contrário dos EUA, a UE não tem um grande canal tributário ou de captação centralizado e permanente, e precisa criar novos mecanismos de gastos para projetos, em vez de utilizar créditos tributários. Em novembro, o Tribunal Constitucional da Alemanha frustrou os planos orçamentários do governo ao impedir que financiasse um Fundo Climático e de Transformação da indústria valendo-se de uma licença para captação de dinheiro que havia deixado sem uso.

A UE também mostrou resistência a ser tão agressiva quanto os EUA nas restrições à China nos fronts do comércio exterior e dos investimentos. Bruxelas anunciou uma investigação sobre os VEs chineses subsidiados, mas é improvável que resulte em tarifas muito altas, e seus subsídios não vislumbram a exclusão de produtores estrangeiros (nem dos chineses). Recentemente, a principal fabricante de carros chinesa BYD anunciou que produzirá VEs na Hungria, subsidiada pelo governo húngaro.

Mais além da UE, os EUA têm certa esperança de que o Reino Unido se junte ao seu campo de política industrial. É verdade que o governo do Partido Conservador frequentemente se inclina para o lado dos EUA, ao menos na retórica. Além disso, o Partido Trabalhista, de oposição, que provavelmente assumirá o poder após a eleição deste ano adotou o lema de Biden de uma "política de comércio exterior centrada no trabalhador".

Ainda assim, o Reino Unido não tem condições de arcar com o custo de copiar a IRA. As contas públicas já estão pressionadas e o breve mandato de Liz Truss como primeira-ministra em 2022, interrompido cruamente pelos mercados financeiros ao se assustarem com os 45 bilhões de libras esterlinas (US\$ 57,2 bilhões) de cortes de impostos sem contrapartidas, serve de alerta para qualquer governo que pense em assumir algum compromisso fiscal ilimitado.

De qualquer forma, ao contrário dos EUA, a economia do Reino Unido está longe de ser grande o suficiente para sustentar uma indústria autossuficiente para VEs ou outros produtos “verdes”. Na verdade, o governo tem se concentrado em integrar-se ao mercado da UE, estendendo as regras de origem, que facilitam às montadoras formarem cadeias de suprimentos transfronteiriças.

O Brasil, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu com uma política industrial ativa, também é visto, às vezes, por autoridades dos EUA como um país com mentalidade semelhante. No entanto, os gastos de Lula em muitos casos estão direcionados a indústrias pesadas, como refinarias de petróleo e estaleiros, que têm a preferência de sua base eleitoral. A ideia de Lula para criar um setor de VEs com sede no Brasil é convidar com entusiasmo investimentos chineses, o que contrasta com a abordagem dos EUA.

Não há dúvida de que a IRA é muito invejada pelo mundo, em especial na UE. As autoridades europeias sonham em ter o poder de simplesmente abrir uma torneira de créditos tributários, em vez de precisar trabalhar exaustivamente em algum complexo aparato fiscal, para não falar na necessidade de lidar com a interferência do Tribunal Constitucional alemão. Também haverá interesse fora dos EUA na transferência de quaisquer avanços tecnológicos conseguidos por produtores americanos.

No entanto, no que diz respeito às grandes economias de fato se juntarem ao grupo dos EUA, a política industrial americana vem desbravando uma trilha que os demais são, em grande medida, incapazes de seguir ou não estão dispostos a fazê-lo. (Tradução de Sabino Ahumada)